

João Henriques de Lima Barreto: o engajamento político de um tipógrafo negro no contexto da abolição*

João Henriques de Lima Barreto: the political engagement of a black typographer in the abolition period

Magali Engel**

Resumo: Pai de Lima Barreto, um dos mais importantes intelectuais brasileiros, o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto (1853-1922) vem sendo apresentado, via de regra, como um trabalhador negro livre, submisso e dependente, quase totalmente desprovido de agência em suas conquistas profissionais e opções políticas. Minha intenção aqui é compreendê-lo como sujeito do fazer-se como um trabalhador qualificado, que conquistou o respeito e o reconhecimento de seus empregadores e colegas de ofício. Trata-se, portanto, de buscar apreender em suas experiências e à luz de referenciais thompsonianos outros possíveis significados das relações paternalistas e de apadrinhamento que problematizem a eficácia reificadora da dominação de pessoas negras nascidas livres na sociedade escravista brasileira do século XIX. Para tanto, me proponho a analisar a trajetória de João Henriques, ressaltando especialmente sua formação profissional e educacional, a carreira como tipógrafo da Imprensa Nacional e sua atuação política como monarquista liberal, inserido em associações de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do período imperial. Além da obra clássica de Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, os registros veiculados na imprensa carioca foram fontes substanciais desta pesquisa.

Palavras-chave: trajetória profissional; relações paternalistas; experiências associativas; engajamento político.

* Para o desenvolvimento da pesquisa sobre o tema aqui tratado, fui contemplada com a bolsa do Programa de Residência em Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional/2016. Agradeço às e aos integrantes da Linha Escravidão e Invenção da Liberdade do PPGH-UFBA pelas críticas e sugestões fundamentais para a escrita da versão final do artigo.

** Professora associada aposentada da UERJ. Professora colaboradora do PPGH-UFBA. Professora adjunta da UFF (1979-2006). Doutora em História pelo PPGH-UNICAMP. E-mail: magaligengel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2351-4082>.

Abstract: Father of Lima Barreto, one of the most important Brazilian intellectuals, the typographer João Henriques de Lima Barreto (1853-1922) has been currently presented by scholarship as a free, submissive and dependent black worker, almost completely deprived of agency in his professional achievements and political choices. My intention here is to present another perspective regarding João Henriques, eliciting his agency in the process of becoming a qualified worker who has earned respect and recognition from his employers and professional colleagues. Through the analysis of his experiences and in the light of Thompsian references, I intend to present other feasible interpretations for paternalistic and sponsorship relationships which challenge the reifying effectiveness of the domination of black people who were born free in Brazilian enslaving society during the 19th Century. Thus, I propose to analyse João Henriques's life story, emphasizing his professional and educational training, his career as a typographer in the National Press and his political activity as a liberal monarchist engaged in associations of workers in Rio de Janeiro, during the last two decades of the imperial period. In addition to the classic work by Francisco de Assis Barbosa, 'A vida de Lima Barreto', records published by press in Rio de Janeiro were substantial sources of research.

Keywords: professional path; paternalistic relationships; associative experiences; political engagement.

JOÃO HENRIQUES DE LIMA BARRETO nasceu no dia 19 de setembro de 1853 na cidade do Rio de Janeiro.¹ No conjunto da obra de seu filho, o escritor negro Lima Barreto, a figura paterna é fortemente presente, inspirando personagens e protagonistas de romances e contos. Parte da história de João Henriques foi narrada nas biografias sobre seu filho escritor.² Minha intenção aqui é de reconstituir a trajetória educacional e profissional de um jovem negro nascido livre que conquistou a ascensão social, tornando-se um dos mais conceituados tipógrafos da Corte. Busco apreender em suas experiências, e à luz de referenciais thompsianos,³ outros possíveis significados das relações paternalistas e de apadrinhamento que problematizem a eficácia reificadora da dominação de pessoas negras nascidas livres numa sociedade escravista. A história do tipógrafo Lima Barreto aqui contada orienta-se, pois, no sentido de o considerar agente de suas escolhas profissionais e políticas, ainda que dentro dos limites da condição de subalternidade impostos pelo lugar social e racial que ocupava.

1 LIMA BARRETO. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 213.

2 Como as mais importantes destaque: BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981 (primeira edição 1952). SCHWARCZ, Lília M. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

3 THOMPSON, Edward P. **Tradicón, revuelta y consciencia de classe**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the Wind*: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.

A formação profissional de João Henriques

NÃO SABEMOS como João foi introduzido nas primeiras letras. O número de escolas públicas e particulares para meninos e meninas pertencentes aos segmentos pobres da Corte oscilou durante a primeira metade do século XIX, configurando-se, de um modo geral, como bastante restrito. A partir de meados do século XIX, a instrução e a formação de trabalhadores pobres adquiriram um destaque especial como uma das preocupações com os destinos do país após o fim do tráfico africano. Para a crescente população constituída por pessoas negras livres e libertas, “o acesso às letras” tornou-se cada vez mais uma estratégia “para a construção dos caminhos rumo à liberdade”.⁴ Como o desenvolvimento de pesquisas sobre a presença negra nas escolas existentes na sociedade escravista vêm indicando, não seria improvável que João tenha frequentado as aulas de uma das escolas existentes na Corte.⁵ E quem sabe até uma daquelas destinadas apenas a meninos pretos e pardos, como a do professor negro Pretextato dos Passos e Silva, criada em 1853 na freguesia do Santíssimo Sacramento.⁶

De acordo com Evangelina de Lima Barreto, seu pai havia frequentado a “escola de aprendizes tipógrafos” do Imperial Instituto Artístico, criado pelos irmãos Fleiuss.⁷ É provável que ali fossem admitidos meninos e rapazes como aprendizes de diversos ofícios relacionados aos processos de impressão, entre os quais a tipografia. Alguns anos depois, em maio de 1863, os sócios Henrique e Carlos Fleiuss e Carlos Linde decidiram criar uma escola de gravura em madeira.⁸ Conforme as condições para a admissão dos alunos nessa instituição, os alunos teriam que “trabalhar diariamente (com exceção dos domingos e dias de guarda) das 9 horas da manhã até as 3 da tarde”. Durante o primeiro ano de aprendizagem, não receberiam “ordenado algum”, em compensação o ensino era gratuito. No segundo ano, passavam a receber “uma gratificação de 120\$000 rs” e, “no terceiro a de 240\$000 rs”.⁹ Tais regras correspondem às vigentes na escola do Instituto Artísticos, frequentada por João Henriques durante a década de 1860, de acordo com o depoimento de sua filha. Segundo Barbosa, ali em um “ambiente, que era, por assim dizer, o mais adiantado da época, em matéria de tipografia” aprendeu “o ofício com Mestre Faulhaber”, tornando-se um operário muito bem qualificado.¹⁰

4 SILVA, Adriana Maria P. da. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Editora Plano, 2000. p. 99.

5 Cf. FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016. MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos E. Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Rascunhos cativos**: educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

6 Cf. SILVA, op. cit. FERREIRA, Higor Figueira. Em tintas negras: educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na Corte imperial – novas evidências. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 26-42, mar./jun. 2018.

7 BARBOSA, op. cit., p. 4. Em 1859, a sociedade Fleiuss, Irmão & Linde fundou um “estabelecimento gráfico” sob a denominação de Instituto Artístico. FLEIUSS, Max. Centenário de Henrique Fleiuss. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 94, v. 148, p. 770-784, 1923. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsY1NuVzVKOHl0MjQ/view?resourcekey=0-TrTyPWw9JYkNzKGLLRxaJQ. Acesso em: 17 set. 2022.

8 FLEIUSS IRMÃOS & LINDE. Anúncio da Semana Ilustrada. **Semana Ilustrada**, Rio de Janeiro, p. 1039, 30 maio 1863.

9 Idem. Sobre o depoimento de Evangelina, ver BARBOSA, op. cit., p. 4-5.

10 BARBOSA, op. cit., p. 4-5. Não consegui informações sobre Mestre Faulhaber.

Após os três anos de formação na Tipografia do Instituto Artístico, João Henriques deu continuidade à aprendizagem do ofício nas oficinas do *Jornal do Commercio*, onde seu irmão Francisco de Assis Leal integrava o quadro de compositores. Conforme ficou registrado na memória familiar, preterido para o preenchimento de uma vaga para chefe da oficina, João de Lima Barreto demitiu-se daquele importante diário carioca, possivelmente entre fins dos anos 1860 e inícios dos 1870. Foi então que passou a trabalhar nas oficinas do jornal *A Reforma. Órgão Democrático* – periódico ligado aos grupos liberais reunidos em torno do Centro Liberal e do Clube da Reforma –,¹¹ tendo a oportunidade de se aproximar de políticos proeminentes na época.

João e Francisco eram filhos de Carlota Maria dos Anjos que, segundo Barbosa, teria sido “uma antiga escrava”.¹² Sobre Francisco de Assis Leal pouco sabemos – ao que parece era mais velho que João, posto que, em novembro de 1866, quando o último teria apenas 13 anos, casou-se com Francisca Rosa da Conceição.¹³ Nada se sabe sobre o pai de Francisco de Assis Leal, mas, de acordo com Evangelina, seu avô paterno era um português estabelecido com negócio de madeiras na rua da Misericórdia, localizada na freguesia de São José. Como grande parte das mulheres escravizadas, libertas ou livres pobres, Carlota criou e educou os filhos sozinha. Ao que parece, ambos vieram ao mundo livres, o que significa que se de fato nasceu sob a condição cativa, quando deu à luz o primeiro filho, Carlota era alforriada e seu ventre não mais reproduzia a escravidão.¹⁴ Carlota Maria dos Anjos morreu em fevereiro de 1872, aos 49 anos, “solteira”, vítima de “embolia pulmonar”, quando então residia à rua do Cotovelo n. 14, próxima ao Morro do Castelo.¹⁵ A história de João é parecida com a de outros meninos que, nascidos livres de mães de origem africana – alforriadas ou livres – e de pais brancos ausentes, conseguiram galgar alguns degraus na ascensão social e assegurar sua liberdade. Para enfrentarem alguns dos muitos obstáculos que lhes impunha a sociedade escravista brasileira do século XIX, seus familiares – sobretudo suas mães – lançaram mão das estratégias de mobilidade social criadas e recriadas por escravizadas/os, alforriadas/os e suas/seus descendentes livres ao longo de todo o processo histórico caracterizado pelas relações escravistas no Brasil.¹⁶

11 Sob a direção de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o primeiro número do periódico foi publicado em 12 de maio de 1869 e o último circulou em 31 de janeiro de 1879. O jornal destacou-se por uma atuação aguerrida contra os governos conservadores e pelas tentativas de unir os liberais em torno de um projeto de mudanças políticas mais profundas. Em 3 de outubro de 1868, um grupo de políticos liberais fundou o Centro Liberal com o objetivo de revigorar o antigo Partido Liberal, obscurecido pela “aliança progressista”. CARVALHO, José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (org.). **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 36. O Clube da Reforma foi criado em 7 de abril de 1869, a partir do Centro Liberal.

12 O autor não cita as fontes de tal afirmação. BARBOSA, op. cit., p. XV e p. 7.

13 **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 nov. 1866. Não sabemos se Carlota teve outros filhos.

14 Francisco de Assis Barbosa afirma que João Henriques “nascera liberto” (BARBOSA, op. cit., p. 6), certamente referindo-se à condição de indivíduo “livre” e não alforriado. Schwarcz declara que João Henriques era “filho de uma escrava”, mas não faz qualquer referência sobre a origem da informação (SCHWARCZ, op. cit., p. 42). Se assim fosse, a condição jurídica de cativo teria sido herdada por João ao nascer, o que me parece improvável.

15 **Correio do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 7 fev. 1872.

16 Entre os estudos mais recentes cito: COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Edunicamp, 2018.

O acesso à qualificação profissional e à educação, bem como a inserção em redes de sociabilidade verticais, compostas, sobretudo, por políticos liberais monarquistas foram fatores fundamentais para que a carreira de João Henriques como tipógrafo alavancasse. Como veremos adiante, João Henriques desempenhou um papel ativo tanto no que se refere ao aprimoramento de seus conhecimentos como no que tange à sua agência na dinâmica das relações de apadrinhamento, ainda que nelas ocupando uma posição subalterna. Por outro lado, os laços de solidariedade que estabeleceu com seus companheiros no cotidiano das oficinas tipográficas e nas atividades das sociedades mutualistas das quais participou contribuíram para o reconhecimento de sua condição de trabalhador especializado bem qualificado e, portanto, do lugar social que conquistou.

A carreira de um tipógrafo negro

COMO JÁ MENCIONEI, após se demitir do *Jornal do Commercio*, João Henriques passou a trabalhar como tipógrafo do jornal liberal *A Reforma*. Certamente a qualidade da formação que recebeu como aluno do Imperial Instituto Artístico bem como a experiência adquirida nas oficinas daquele importante jornal carioca tiveram papel fundamental para que obtivesse o novo emprego. Por outro lado, é preciso considerar também que nessa altura, muito provavelmente, João Henriques já estivesse enfiado nas redes de sociabilidade verticais que envolviam importantes nomes da política do Centro Liberal e do Clube da Reforma. Entre tais personagens figuravam Cesário Alvim e Afonso Celso de Assis Figueiredo, este último havia assumido a direção do periódico liberal em janeiro de 1872, ocasião em que João Henriques teria sido contratado.¹⁷

Afonso Celso, que viria a se tornar o visconde de Ouro Preto em meados de 1888, foi um dos políticos liberais de maior expressão nas duas últimas décadas de vigência do regime monárquico no Brasil. Sem dúvida, ele teve grande importância na trajetória profissional de João Henriques de Lima Barreto. Não sabemos se ambos já se conheciam quando o tipógrafo começou a trabalhar nas oficinas de *A Reforma* e se a oportunidade do emprego se deveu ao fato de Afonso Celso ocupar a direção do jornal. Se for esse o caso, como ele teria conhecido o político liberal? Uma possibilidade é que tenha sido através dos Pereira de Carvalho, em cuja residência conheceu Amália Augusta¹⁸ sua futura esposa.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**. Mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

17 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 202 e 211.

18 Nascida livre em 18 de julho de 1862, Amália era neta de Maria da Conceição e “filha natural” de Geraldina Leocádia da Conceição, ambas mulheres negras que vivenciaram a experiência da escravidão. Originária de terras africanas, a avó Maria foi escravizada, tornando-se uma das trabalhadoras cativas da fazenda dos Pereira de Carvalho em São Gonçalo (RJ) entre fins do século XVIII e inícios do XX. Geraldina teria nascido sob a condição escrava e em algum momento, antes de dar à luz a Amália Augusta, conquistado sua alforria. Amália foi batizada pelo cirurgião-mor e tenente do exército Manuel Feliciano, patriarca da família Pereira de Carvalho. Depois da morte de Manoel Feliciano, Geraldina Leocádia – que viria a falecer em agosto de 1882 – e seus filhos permaneceram como agregados da família Pereira de Carvalho. Amália Augusta estudou no

O patriarca da família, conselheiro Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, foi uma das lideranças do Partido Liberal, muito ligado a Teófilo Benedito Otoni, um dos principais colaboradores do jornal *A Reforma* ao lado de Afonso Celso e Cesário Alvim.

De qualquer forma, é provável que o futuro visconde tenha favorecido a nomeação de Lima Barreto como operário de 1ª classe das oficinas da Tipografia Nacional em inícios de 1878, quando já estava noivo de Amália Augusta Pereira de Carvalho. Pouco antes do casamento, realizado no dia 7 de dezembro de 1878, João foi promovido a chefe de turma, passando a sua remuneração diária de 6 mil réis para 7 mil réis.¹⁹ Por ocasião da sua nomeação, a pasta da Fazenda era ocupada por Gaspar da Silveira Martins, figura proeminente entre os adeptos do Partido Liberal e um dos principais colaboradores de *A Reforma*. Mesmo que não tenha conhecido pessoalmente Silveira Martins, é possível que a ligação deste político com o grupo do jornal liberal e do Clube da Reforma – entre os quais Afonso Celso, na época bem próximo a Martins – tenha favorecido o acesso de João Henriques ao emprego na Tipografia Nacional. Vale ressaltar ainda que, quando da nomeação de João Henriques, seu futuro padrinho de casamento Antônio Nunes Galvão tomava posse como administrador do estabelecimento.²⁰

Há indícios, portanto, de que embora Afonso Celso ocupasse um lugar de destaque nas relações de apadrinhamento de João Henriques de Lima Barreto, estas constituíam uma rede envolvendo diversas outras figuras mais ou menos proeminentes do Partido Liberal. As relações pessoais e políticas parecem ter de fato contribuído decisivamente para que João obtivesse o emprego nas oficinas da Tipografia Nacional, o que numa sociedade estruturalmente sustentada por uma ideologia paternalista não representava uma exceção. Mas, a existência de tal ideologia “não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais”.²¹ Além disso, é preciso ponderar que “a vigência do enredo da dominação paternalista não significava que os subordinados estavam passivos, incapazes de perseguir objetivos próprios, impossibilitados de afirmar a diferença”.²² Sob essa perspectiva, é possível reconhecer nos sujeitos da dominação (escravizados/as, libertos/as ou livres) a habilidade de construir espaços de autonomia por dentro da ideologia paternalista. Se por um lado havia uma dimensão de dependência e submissão nas relações paternalistas, por outro, e contraditoriamente, a construção de redes de proteção revelava-se também como uma estratégia de sobrevivência/resistência dos apadrinhados. Diferentemente da imagem comumente veiculada da fidelidade subserviente de João Henriques a Afonso Celso – a quem teria sido devedor

Colégio de Santa Cândida, um dos mais prestigiados da época, formando-se professora. BARBOSA, op. cit., p. 7-8 e p. 13. SCHWARCZ, op. cit., p. 39.

19 BARBOSA, op. cit., p. 17.

20 *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 mar. 1878. João deveria conhecer o “ilustre liberal mineiro” há algum tempo, pois Galvão assumiu a gerência de *A Reforma* em inícios dos anos 1870, quando estabeleceu-se na cidade do Rio.

21 CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 47.

22 Ibidem, p. 64.

das oportunidades de emprego, de assistência financeira, de proteção –, vislumbro seu protagonismo na tessitura de redes de sociabilidade, onde as relações de favor não se concentravam em uma única figura poderosa, o que tornou possível acioná-las com relativa autonomia. Há ainda outro aspecto da sua trajetória que merece ser considerado de modo mais detido.

João Henriques não investiu apenas na sua capacitação como tipógrafo, pois, ao que parece, tinha o propósito de ingressar em uma instituição de ensino superior.²³ Segundo Barbosa, teria frequentado o Instituto Comercial da Corte, “onde formou a base de seus estudos de humanidades. Ali aprendeu francês com o professor José Francisco Halbout. E então, durante o dia, aproveitando as horas de folga, estudava os preparatórios”.²⁴ Tratava-se, contudo, de um estabelecimento de ensino, cujas aulas eram diurnas, destinando-se a um público restrito.²⁵ Parece-me mais plausível que, caso João tenha de fato frequentado as aulas do instituto, o fez como ouvinte de algumas preleções realizadas pelos professores das disciplinas, o que era facultado a “nacionais e estrangeiros”.²⁶ Certo é que tendo ou não sido aluno do professor Halbout, João Henriques foi aprovado “com distinção” nos exames de francês do 1º ano do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios em 4 de janeiro de 1883.²⁷ No final do mesmo ano, obteve também a aprovação plena na aula de português do 1º ano do referido curso, regida pelo professor José Felipe Cursino de Moura.²⁸ Seriam tais aprovações evidências de que João Henriques “(...) se graduou e adquiriu algum conhecimento de línguas estrangeiras” no Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1882,²⁹ conforme assevera Lilia Schwarcz?³⁰ Parece-me que não.

No momento em que o Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios foi criado, João trabalhava na Imprensa Imperial e possuía uma família. Casado com a professora Amália Augusta havia mais de três anos, o casal já tinha um filho, Afonso Henriques (nascido em 13 de maio de 1881), e outro a caminho, Evangelina (nascida em 8 de novembro de 1882). Mesmo considerando que o curso comercial do Liceu era gratuito e noturno, teria sido difícil

23 Cf. BARBOSA, op. cit., p. 7 e 15.

24 BARBOSA, op. cit., p. 7. O autor não cita as fontes da informação.

25 Criado em 1856, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro funcionou com a redução crescente de alunos até fins da década de 1870, tendo em vista as exigências de ordem burocrática e financeira para a realização da matrícula. GABLER, Louise. **Aula de Comércio da Corte (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/259-aula-de-comercio-da-corte-1822-1889>. Acesso em: 20 abr. 2023.

26 BRASIL. **Decreto n. 3058, de 11 de março de 1863**. Dá novos Estatutos ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

27 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1883. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1883.

28 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 7 dez. 1883. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 8 dez. 1883.

29 O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi inaugurado em 26 de junho de 1882, com recursos da Sociedade das Belas Artes. Era gratuito e suas aulas ocorriam no horário noturno. Cf. BIELINSKI. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900**. 2003. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

30 SCHWARCZ, op. cit., p. 45. Nesse caso, Barbosa teria confundido o Instituto Comercial da Corte com o Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro?

para João concluí-lo, sobretudo levando-se em conta a sua duração de quatro anos. Na pesquisa realizada no *Jornal do Commercio* e na *Gazeta de Notícias*, de 1880 a 1889, só localizei referências aos dois exames, já mencionados, prestados por João Henriques nas disciplinas de francês (janeiro de 1883) e de português (dezembro de 1883) do 1º ano do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Vale salientar que, além dos alunos matriculados, o estabelecimento de ensino permitia que os interessados pudessem frequentar aulas avulsas como ouvintes.³¹ Mais provável, portanto, é que esse tenha sido o caso de João que, possivelmente, frequentou as aulas avulsas do referido curso como ouvinte com o objetivo de aprimorar seus estudos, qualificando-se melhor para tentar o ingresso na faculdade.

O ensino do Liceu era considerado excepcional na formação técnica para diversas profissões e na instrução para os exames preparatórios dos alunos que desejavam prosseguir nos estudos, visando admissão em cursos superiores. E, de fato, dois anos depois, em 7 de fevereiro de 1885, entre os convocados para os exames gerais preparatórios em português, a serem realizados no dia 9 do mesmo mês no Externato de Pedro II às 10h, constava o nome de João Henriques de Lima Barreto.³² Ao que parece, o candidato não compareceu à prova, já que no dia 15 de fevereiro seu nome figurava na lista dos recrutados para a 2ª chamada, que ocorreria às 9h30 do dia 20 na escola municipal de São José.³³ Não sabemos se o pai do escritor Lima Barreto chegou a fazer o exame preparatório de português. Provavelmente não. Ao que tudo indica, viu-se obrigado a abandonar o projeto de obter o título de doutor em vista das adversidades que vinham agravando as dificuldades para sustentar sua família que, naquela época, já contava com mais um membro (Carlindo, nascido em 1884). A tais adversidades, somava-se a saúde cada vez mais fragilizada de sua esposa Amália.

Os investimentos feitos pelo tipógrafo Lima Barreto no projeto de tornar-se doutor certamente eram alimentados pela convicção de que, além de propiciar a ascensão social e econômica, o título poderia assegurar-lhe maior liberdade em relação à proteção paternalista, ou pelo menos estreitar a distância que o separava dos políticos liberais que compunham suas redes de sociabilidade verticais. Nesse sentido, vale citar a passagem do romance *Recordações de Isaías Caminha*, de autoria de seu filho Afonso, onde o protagonista confia a si mesmo: “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor [...]”.³⁴

De qualquer modo, a formação educacional adquirida por João Henriques foi decisiva para que conquistasse credibilidade e respeito em seu meio profissional. O domínio do francês e o profundo conhecimento do seu ofício o levaram a traduzir o *Manual do*

31 BIELINSKI, op. cit.

32 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 fev. 1885.

33 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 fev. 1885. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 16 fev. 1885.

34 Apud BARBOSA, op. cit., p. 7.

Aprendiz Compositor, de Jules Claye, publicado pela Imprensa Nacional em agosto de 1888 e dedicado aos aprendizes da Imprensa Nacional. A iniciativa e o trabalho de tradução realizado por João foram muito elogiados na imprensa carioca.³⁵ Em um artigo publicado no jornal *Cidade do Rio*, um autor anônimo ressalta a importância da obra e a qualidade da tradução realizada pelo Sr. Lima Barreto, “distinto artista” que é um dos “ornamentos” da “classe tipográfica”. Sugere que a Imperial Sociedade Tipográfica Fluminense, “instituição sua representante”, que conferisse “um prêmio ao inteligente moço”.³⁶ Em sua famosa coluna “De Palanque”, publicada quase diariamente no *Diário de Notícias*, entre 1885 e 1887, e assinada com o pseudônimo *Eloy, o Herói*, Arthur Azevedo também teceu comentários elogiosos a “um dos nossos mais hábeis tipógrafos, o Sr. Lima Barreto”, pela tradução do importante compêndio, o primeiro do gênero a ser disponibilizado em língua portuguesa.³⁷

Como vimos, ao iniciarem a vida em comum, em fins de 1878, João e Amália contavam com os recursos financeiros provenientes da função de chefe de turma que ele exercia nas oficinas da Tipografia Nacional, recebendo 7 mil réis por dia de trabalho. A renda do jovem casal seria complementada algum tempo depois com a instalação do Colégio Santa Rosa, para meninas, que, sob a direção da professora Amália Augusta Barreto, funcionava na residência onde passaram a viver após o casamento, situada na rua Ipiranga, n. 18, em Laranjeiras.³⁸ O acesso à educação, a qualificação profissional e a inserção em redes de sociabilidade e apadrinhamento haviam garantido ao filho de D. Carlota uma ascensão socioeconômica considerável – sobretudo se compararmos sua trajetória com a da maior parte dos descendentes de escravizados/as.

João Henriques havia ainda conquistado sua entrada no restrito universo dos cidadãos ativos ao se enquadrar nas exigências estabelecidas nos artigos 93 e 94 da Constituição de 1824, podendo, portanto, votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província. Em meados de 1878, seu nome aparece na lista de cidadãos qualificados pela Junta Municipal na freguesia de Santo Antônio da seguinte forma: “João Henriques de Lima Barreto, 28 anos, solteiro, tipógrafo, elegível, sabe ler, filho de Carlota Maria dos Anjos, rua do Riachuelo n. 34, renda 2:000\$.”³⁹ Primeiramente, chamo a atenção para o fato de que a idade registrada na lista da Junta Municipal não

35 Veja-se outras referências elogiosas à tradução nas notas de divulgação da obra publicada no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, p. 1, 8 ago. 1888) e na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, p. 2, 19 ago. 1888).

36 UM LIVRO útil. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 ago. 1888. A *Revista Tipográfica* também se refere à publicação da obra de Jules Claye, traduzida e anotada pelo “habilíssimo e inteligente tipógrafo J. H. de Lima Barreto”. *Manual do Aprendiz Compositor. Revista Tipográfica*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 2, 18 ago. 1888.

37 *Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 set. 1888.

38 Em 1880, a professora Amália Augusta Barreto foi habilitada a “dirigir colégio de instrução primária e secundária e ensinar as respectivas matérias”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 fev. 1880. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 fev. 1880.

39 *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 8, 9 jun. 1878. Cf., por exemplo: LINHARES, Maria Yedda Leite. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX: projeto de classificação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 48, p. 121-153, 1979. CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 183-206, jan./abr. 2014.

corresponde à informação do escritor Lima Barreto, segundo a qual seu pai teria nascido em 19 de setembro de 1853 e, portanto, ainda não teria completado 25 anos em junho de 1878, quando o documento foi publicado. Sendo ainda solteiro, o tipógrafo não poderia constar na referida lista, conforme as determinações do artigo 92 da Carta de 1824. O equívoco teria sido accidental ou haveria interesse por parte dos liberais do jornal *A Reforma* de que o tipógrafo votasse nas eleições municipais? Além disso, vale ressaltar que, ao ser considerado com 28 anos completos, João tornava-se, além de eleitor, também “elegível” para vereador. Assim, levanto a hipótese de que tal condição *per se* lhe propiciasse maior jogo de cintura na dinâmica das suas relações com políticos liberais.

Apesar da renda anual de 2:000\$ ultrapassar em muito a mínima exigida de 200 mil réis pelo texto constitucional, e mesmo mantendo sua inclusão nos patamares mais baixos dos reduzidos limites da cidadania política após a reforma eleitoral de 1881, por ser funcionário público, além de alfabetizado,⁴⁰ João não conseguiu obter ganhos suficientes para prover as necessidades da família que vinha constituindo. Numa sociedade excludente e desigual, a relativa estabilidade econômica conquistada por alguns trabalhadores livres e libertos – sobretudo os “de cor” – não resistia diante de quaisquer adversidades ou imprevistos. Desde que Amália começou a apresentar os primeiros sinais da tuberculose, em 1882, obrigando-a a fechar o colégio, as condições de sobrevivência dos Lima Barreto vinham se tornando cada vez mais precárias. Com o nascimento de mais um filho – Eliézer, nascido em 1886 –, o estado de saúde de Amália agravava-se seriamente. Arcando sozinho com os custos do tratamento de sua companheira – que viria a falecer em 23 de dezembro de 1887 – e com o sustento dos quatro filhos, João Henriques recorreu não ao auxílio financeiro de um de seus padrinhos, mas a um empréstimo junto à Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da Imprensa Nacional.

Em 1880, o tipógrafo assumiu a primeira presidência dessa instituição,⁴¹ criada em 1879 por iniciativa de Antônio Nunes Galvão, então administrador da Tipografia Nacional. Numa época em que direitos trabalhistas fundamentais não haviam sido conquistados, a preocupação em assegurar benefícios que amparassem, ainda que precariamente, a si e a seus familiares nos momentos de dificuldades – ocasionadas por doenças, mortes etc. – estava disseminada pelas classes trabalhadoras brasileiras. João Henriques não fugiria à regra, tendo atuado em várias associações que reuniam as categorias profissionais da cidade do Rio nas últimas décadas do Império. Passemos, pois, a conhecer melhor as redes de sociabilidade horizontais que caracterizaram a ampla atuação do tipógrafo Lima Barreto nas associações que reuniam trabalhadores livres e libertos da Corte, e também compreender os possíveis significados das convicções monarquistas que defendeu.

40 SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). **Revista História**, São Paulo, n. 179, p. 1-35, 2020.

41 **Almanak Laemmert**: Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1880, p. 555.

Um monarquista liberal em defesa dos direitos dos operários e artistas e da abolição

COMO DITO, a criação da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da Tipografia Nacional e do Diário Oficial não foi fruto de deliberação dos funcionários do estabelecimento, mas de seu dirigente Nunes Galvão. Isso *não impediu que* houvesse ampla participação dos empregados na organização da sociedade beneficente que contou com a colaboração de quase todos os operários da Tipografia Nacional. Entre estes destacou-se João Henriques que, como mencionei, ocupou a presidência da Associação no seu primeiro ano de funcionamento (1880 a 1881) e, depois, de fevereiro de 1886 a fevereiro de 1887.⁴²

A entidade começou a funcionar logo que seus estatutos foram aprovados, em julho de 1880, e em apenas dois anos “de existência, graças ao zelo das comissões diretoras, exclusivamente compostas de operários”, obteve grande sucesso financeiro.⁴³ A sociedade era formada por todos os operários e empregados da Tipografia Nacional e do *Diário Oficial* que a ela desejassem se filiar, com o objetivo de “assegurar-lhes uma diária quando enfermos, fazer-lhes empréstimos, ocorrer às despesas de funerais [...], dar pensões às suas famílias, e [...] estabelecer mensalidades no caso de tornarem-se inválidos por moléstia crônica ou desastre”.⁴⁴ Quando a esposa faleceu, é provável que João Henriques tenha sido beneficiado com o empréstimo de 100 mil réis ao qual faziam jus os sócios que perdiam uma pessoa da família, e descontavam mensalmente 1/5 do seu vencimento sem juros.⁴⁵

Observe-se como o discurso de Galvão sobre a Associação dos Empregados da Tipografia Nacional expressa reivindicações dos trabalhadores livres e libertos que organizaram e integraram as sociedades de caráter mutualista no século XIX. Nesse sentido, defende ser indispensável garantir que o “operário inválido após longos anos de serviço nas oficinas do Estado tenha por *direito e não favor*, como até hoje, segura a subsistência, recebendo uma pensão relativa ao salário e ao tempo de efetivo serviço”.⁴⁶ No relatório do ano seguinte insistia na mesma ideia, incluindo entre as mudanças que deveriam ser feitas no regulamento assegurar “o futuro dos mestres, contramestres e operários que invalidarem por moléstia, acidente ou velhice e contarem mais de trinta anos de efetivo exercício nas oficinas do Estabelecimento, dando-lhes assim as mesmas

42 Na sua segunda gestão, *O Paiz* publicou elogios à referida sociedade, considerando-a “a mais importante das associações de auxílios mútuos que conhecemos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 mar. 1886. Em 2 de fevereiro do ano seguinte, foi eleito vice-presidente e membro da comissão de pensões da mesma associação. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 fev. 1888. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 fev. 1888.

43 GALVÃO, Antônio Nunes. *Relatório do Administrador da Tipografia Nacional ao Ministro do Império*, 1881, p. 19.

44 BRASIL. **Decreto n. 7.782, de 31 de julho de 1880**. Aprova os Estatutos da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da Tipografia Nacional e do Diário Oficial.

45 Talvez tenha recorrido também ao adiantamento no valor de 1 a 2/3 do salário devido, previsto nos arts. 21 e 22 dos estatutos de 1880. Com base na Relação do Pessoal Amovível da Imprensa Nacional de julho de 1888, Barbosa afirma que João Henriques teve o seu salário relativo àquele mês descontado de 157\$200, recebendo apenas 18\$300. BARBOSA, op. cit., p. 21.

46 GALVÃO, Antônio Nunes. *Relatório do Administrador da Imprensa Nacional*, 1887, p. 19.

vantagens de que gozam os da Casa da Moeda, Estrada de Ferro D. Pedro II e Arsenal de Marinha e Guerra [...]”.⁴⁷ Trata-se da posição de um adepto das orientações reformistas do Partido Liberal afinadas com as demandas de valorização do trabalho que marcaram as ações das sociedades de trabalhadores livres e libertos do século XIX. Em consonância com as vozes dos integrantes de tais associações, Galvão define as reivindicações dos empregados da Imprensa Nacional como direitos e não favores. Tratava-se, pois, de reconhecê-los como cidadãos e não como apaniguados sujeitos à ideologia do favor. Retórica que provavelmente adotou a fim de legitimar-se como autêntico representante dos interesses e demandas dos empregados da Imprensa Nacional e do Diário Oficial.

Em 4 de julho de 1888, “os operários da Imprensa Nacional e do *Diário Oficial* dirigiram ao parlamento” uma representação pleiteando que lhes fosse “garantida a subsistência no caso de velhice ou de invalidez por moléstia, pela concessão de favores iguais aos que gozam outros servidores do estado em similares condições”.⁴⁸ Algumas semanas depois, foram “expedidas as instruções necessárias” para a criação de “uma caixa na Imprensa Nacional, com o fim de garantir pensões aos operários e empregados de nomeação do administrador deste estabelecimento [...]”.⁴⁹ Um ano mais tarde, um artigo anônimo publicado no *Diário de Notícias* criticava duramente a instituição das caixas de “pensões aos operários e empregados de nomeação do administrador” da Imprensa Nacional, desqualificando-a como resultado exclusivo da política paternalista dos liberais.⁵⁰ Concebendo a deliberação como mais uma das benesses concedidas aos “apaniguados” de Ouro Preto, então ministro da Fazenda, o articulista do jornal republicano ignorava o caráter político e autônomo da petição de 4 de julho de 1888 encaminhada ao Parlamento pelos empregados da Imprensa Nacional. Vale notar que, sob os olhares republicanos, grande parte dos operários da Tipografia Nacional, inclusive João Henriques, era favorável ao regime monárquico, posicionando-se ao lado dos liberais liderados por Ouro Preto. Por isso, foram alvos privilegiados das acusações desqualificadoras veiculadas pelo *Diário de Notícias*, cujo redator-chefe era o então recentemente convertido a republicano Ruy Barbosa.

A iniciativa dos trabalhadores envolvidos na elaboração e no encaminhamento da petição é um dos casos que fundamentam a inconsistência de abordagens que supervalorizam a eficácia do paternalismo, aprisionadas nos meandros da ideologia desse instrumento de dominação. Torna-se imprescindível reconhecermos a relevância das conquistas dos segmentos das classes subalternizadas que, através do conhecimento e da manipulação dos meandros dos instrumentos de dominação, criam e recriam brechas

47 GALVÃO, Antônio Nunes. **Relatório do Administrador da Imprensa Nacional**, 1888, p. 29-30.

48 **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 3, 21 jul. 1888. No segundo número desse periódico, foi publicado um artigo elogiando a administração de Nunes Galvão. Imprensa Nacional. **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 mar. 1888.

49 **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, p. 2, 13 ago. 1889. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 ago. 1889, onde as instruções foram publicadas.

50 A MÃOS ... cheias. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 ago. 1889.

de resistência. Como os debates historiográficos vêm apontando nas últimas décadas, a atuação das associações mutualistas na sociedade brasileira do século XIX iam muito além do assistencialismo. Hipótese sustentada por Claudio Batalha em seu artigo clássico sobre as sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro do oitocentos, publicado em 1999, onde argumenta que, pelo menos naquela cidade, embora as “sociedades de socorros mútuos” fossem “a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres após 1824”, muitas delas “tinham por objetivo, algo mais do que o socorro aos seus associados”, comprometendo-se com a “defesa profissional”.⁵¹

Exemplo expressivo nesse sentido é a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861,⁵² onde o tipógrafo Lima Barreto compôs o corpo dos conselheiros das administrações em 1879, 1880 e 1882, tendo ainda integrado a diretoria empossada em setembro de 1881 como vice-presidente.⁵³ Destinada aos profissionais de todas as artes e ofícios, de “honesta reputação”, maiores de 18 anos, a Associação oferecia a seus sócios uma série de benefícios e garantias. Competia à Associação auxiliar “com uma mensalidade de dezesseis mil réis” não apenas o sócio que adoecesse, mas também o que fosse “*preso por um crime de natureza que não o desonre*” (§ 1º do art. 6º).⁵⁴ Para além das questões morais relacionadas aos significados de “honesta reputação” e “desonra”, esta última atribuição nos leva a refletir sobre se os crimes desabonadores dos trabalhadores não seriam justamente aqueles que os levavam à prisão por defenderem reivindicações de melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Numa sociedade onde predominavam referenciais sociais, econômicos, políticos e culturais – que respaldados na vigência do sistema escravista, enxergavam o trabalho manual como profundamente desqualificado –, o propósito das diversas sociedades mutualistas residia, entre outras coisas, em também promover a qualificação, o prestígio e a solidariedade entre os operários e artistas. Nos objetivos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade tal intuito se concretizava através da veiculação de uma linguagem de “nobilitação do trabalho” e que teria precedido “a articulação de um discurso classista”.⁵⁵ O princípio associativo defendido pela associação, mais do que representativo de “um mecanismo compensatório para suprir carências e permitir a ascensão e o reconhecimento social de seus membros”, poderia ser considerado

51 BATALHA, Claudio. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n. 10 e 11, p. 43-68, p. 53, 1999. MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio (org.). **Organizar e proteger**. Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Edunicamp, 2014.

52 ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império. **Estudos IberoAmericanos**, v. 41, n. 1, p. 148, jan./jun. 2015.

53 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 24 set. 1879. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 2, 27 maio 1880. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1880. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 3, 21 set. 1882. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 21 set. 1881. **Diário do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 set. 1881.

54 BRASIL. **Decreto n. 3.011, de 26 de novembro de 1862**. Aprova os Estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade.

55 BATALHA, op. cit., p. 65.

também como o “embrião de um modelo menos desigual de organização social, em que a cooperação entre as classes predominasse sobre a exploração”.⁵⁶

Em 1887, mesmo enfrentando sérios problemas familiares decorrentes do agravamento progressivo da enfermidade de sua esposa Amália, João integrou a primeira diretoria eleita pela assembleia geral de uma terceira agremiação, a Associação de Auxílios Mútuos Previdência, como membro da comissão de contas e sindicância, ao lado do comendador Filadelpho de Souza Castro (relator) e de José Xavier Pires.⁵⁷ Em fevereiro do ano seguinte, foi eleito para os cargos de vice-presidente e de relator da comissão de pensões da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, cargo que exerceu até janeiro de 1889.⁵⁸ Mais uma vez, tratava-se de uma entidade comprometida com concepções e ações que não se restringiam às atribuições mutualistas, desempenhando papel fundamental nas “lutas reivindicatórias dos tipógrafos”. Promovendo atividades culturais para seus associados (conferências, acesso à biblioteca etc.) e intervindo nas questões técnicas e econômicas do setor gráfico, a entidade assumia “práticas políticas” que a aproximavam de uma “organização operária de resistência”.⁵⁹

Assim como a sociedade Trabalho, União e Moralidade, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, criada em 25 de dezembro de 1853, objetivava promover a valorização da categoria que representava, incentivando o aprimoramento da qualificação profissional. Nesse sentido, a sociedade intencionava “contribuir para o desenvolvimento e o progresso da arte tipográfica” e na “instrução artística”, empenhando-se, para tanto, em “aumentar a sua biblioteca”.⁶⁰ Ressalte-se, ainda, a defesa da “dignidade moral do trabalhador qualificado”, expressa no documento dirigido a D. Pedro II pela Associação, que apoiava os compositores tipográficos em greve desde 8 de janeiro de 1858, através da exaltação do “orgulho profissional” daqueles envolvidos no movimento.⁶¹

Em 1889, João Henriques de Lima Barreto era membro consultor de outra sociedade, o Corpo Coletivo União Operária,⁶² tendo sido designado para compor a comissão de honra para receber Sua Alteza, o príncipe D. Pedro, durante as solenidades de comemoração da Independência, no dia 7 de setembro, organizadas pela referida associação.⁶³ Tratava-se

56 MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 97.

57 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 15 jan. 1887. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 jan. 1887. A referida Associação foi instituída na Corte em janeiro de 1887. Não encontrei estudos que se referissem a esta instituição.

58 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 fev. 1888. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 23 fev. 1888.

59 VITORINO, Artur J. Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000. p. 72.

60 BRASIL. **Decreto n. 2.894, de 15 de fevereiro de 1862**. Aprova os Estatutos da Imperial Associação Tipográfica Fluminense.

61 VITORINO, op. cit., p. 96.

62 Em abril de 1880, o Corpo Coletivo União Operária enviou à *Gazeta de Notícias* um programa para a “futura eleição municipal”. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 30 abr. 1880. Os “sócios consultores” – categoria onde se inseria João Henriques – eram nomeados pelo “diretório”. BRASIL. **Decreto n. 8.766 de 18 de novembro de 1882**. Aprova os Estatutos do Corpo Coletivo União Operária.

63 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 30 ago. 1889.

de uma das entidades mais importantes do período e que tinha como objetivo “tratar dos interesses gerais da classe operária e das artes no país”, não exercendo, portanto, funções mutualistas.⁶⁴ Além da criação de um jornal intitulado *Gazeta dos Operários* e de uma biblioteca, previstos nos estatutos, defendeu, em 1882, a criação de um Centro de Instrução Pública Operária. O Manifesto do Corpo Coletivo União Operária, datado de 7 de setembro de 1885, dirigido ao imperador, à nação e à imprensa fluminense, apresentava uma proposta mais ampla e “ambiciosa, que incluía prêmios, incentivos e isenções para a indústria nacional, taxaço sobre produtos manufaturados estrangeiros, imposto profissional, estatística profissional etc.”.⁶⁵

Entre os membros consultores do Corpo Coletivo União Operária incluíam-se trabalhadores que gozavam de prestígio e respeitabilidade em seus meios profissionais – como era o caso de João Henriques –, além de figuras proeminentes no cenário político mais amplo que se destacavam no âmbito das diferentes tendências partidárias e/ou estavam afinadas com os movimentos abolicionistas e republicanos. Como exemplos podemos citar o político Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895); o médico conselheiro do imperador Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894); o oficial do Exército, professor de matemática e líder positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1837-1891); o engenheiro André Rebouças (1838-1898), afrodescendente e um dos mais importantes líderes do movimento abolicionista; e o professor do Colégio Pedro II Vicente de Souza, “agitador republicano, anos depois uma das principais lideranças socialistas cariocas”, também engajado na “causa abolicionista”.⁶⁶

Na tarde do dia 13 de maio de 1888, João Henriques, acompanhado de seu filho Afonso, se misturou à multidão concentrada no Largo do Paço e suas imediações, aguardando que a princesa assinasse a lei que libertaria os escravizados. Antes, porém, havia participado da reunião da “classe tipográfica fluminense”, realizada às 11 horas no salão do Congresso Ginástico Português. De acordo com o discurso do Sr. B. Gomes, a extinção da escravidão representava “(...) a sublime e grande apoteose – Liberdade no Brasil. Todas as classes, sem distinção, ruidosamente aplaudem esse desfecho, e nós, homens do progresso, representantes da rainha das artes, devemos fazer ecoar no mundo inteiro as nossas estrondosas almas”.⁶⁷ Em seguida, foi apresentada a proposta da criação de uma comissão integrada por “membros de todas as corporações tipográficas da Corte” encarregada de

64 BRASIL. **Decreto n. 8.766, de 18 de novembro de 1882**. Aprova os Estatutos do Corpo Coletivo União Operária. No programa para as eleições municipais de 1880, afirma-se que o “Corpo Coletivo da Sociedade União Operária” tinha “por base o espírito de classe”.

65 BATALHA, op. cit., p. 50.

66 MATTOS, op. cit., p. 158. BATALHA, op. cit., p. 64. Apesar dos vínculos com o governo monárquico, em 19 de novembro de 1889, o diretório da União Operária declara em mensagem a Deodoro da Fonseca: “O Corpo Coletivo União Operária, não visando interesses políticos, mas sim o bem-estar e o aperfeiçoamento da classe que representa [...] vos vem dar o público testemunho de sua adesão à nova forma de governo que dirige os destinos de nossa estimadíssima pátria. [...]” **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 nov. 1889.

67 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 maio 1888, p. 3; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 maio 1888. **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-4, 19 maio 1888.

transformar o dia 13 de maio em data comemorativa na qual “todos os proprietários e empresas” concederiam folga aos trabalhadores. Discutido e aprovado o parecer, o presidente da reunião Leobino de Carvalho, do *Jornal do Commercio*, nomeou os componentes da “grande comissão”, entre os quais João Henriques de Lima Barreto, Alberto Victor, José Alexandre, Xavier Pires e J. R. Conrado, como representantes da Imprensa Nacional.

Por sugestão de França,⁶⁸ um dos representantes da *Gazeta de Notícias* e do jornal *O Paiz*, decidiu-se que a comissão ficaria encarregada de organizar uma Sociedade Tipográfica responsável pelas comemorações anuais do “grande dia da liberdade”.⁶⁹ Essas são as origens do Centro Tipográfico Treze de Maio, fundado na reunião da “classe tipográfica e artes correlativas”, realizada em 3 de junho de 1888, e que tinha como objetivo não apenas “solenizar a referida data”, mas também “tratar dos melhoramentos da classe e artes anexas”.⁷⁰ A primeira Assembleia Geral da instituição, realizada no dia 24 de junho, elegeu os 28 conselheiros da gestão 1888/1889, entre os quais João Henriques de Lima Barreto.⁷¹

O jornal *Diário de Notícias*, do dia 3 de setembro de 1888, publicou uma circular datada de 19 de agosto e dirigida a “todos os membros das classes tipográficas e anexas”. Subscrita pelo Centro Tipográfico Treze de Maio, o documento solicitava a adesão e o apoio aos seus destinatários:

[...] o descalabro moral e artístico, pecuniário e social a que tem chegado, não só a classe tipográfica, mas igualmente a componente das outras artes que lhe são conexas, origina-se do pernicioso e censurável olvido de que toda a força propulsora [...] assenta-se sobre este único alicerce – A União.

[...] pelo que os infra-assinados [...] não hesitam – apressam-se antes e sem perda de tempo, alistar-se no número de nossos consócios, a fim de que mais de pronto, consigamos este comum *desideratum* – engrandecimento moral, artístico, social e financeiro das classes gráficas em geral, e, conseqüentemente, de cada um dos seus adeptos em particular – não só aqui, mas em todo o nosso vasto Brasil, ora tão gloriosamente purificado da negregada mancha que o tolhia e a que cumpre correspondermos, levantando-nos com ele do malfadado indiferentismo em que nos achamos submersos – nós artistas – forças vitais de engrandecimento de todos os povos e nações.

Os sub-assinados julgam pois cumprir um dever (aliás dispensável se outro fora já nosso tão abatido espírito de classe) convidando V.S. a fazer parte desta inadiável e imprescindível instituição [...].⁷²

68 Luiz da França Silva, fundador e editor da *Revista Tipográfica* cujo primeiro número foi publicado em 12 de março de 1888. Em 1884, fez parte do grupo de tipógrafos que articulou a fundação de “uma associação denominada Grande Centro Tipográfico ou Grande Centro Operário”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 dez. 1884. Foi eleito um dos vice-presidentes do Centro Operário de Beneficência para o período 1885/1886. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 fev. 1885. Participou do Centro Tipográfico Treze de Maio desde sua criação, passando a defender pouco depois a criação de um Partido Operário. Em março de 1890, França e Silva fundou o jornal *Echo Popular*, de tendências socialistas (cf. VITORINO, op. cit.). O engajamento político de França e Silva em causas mais radicais foi possivelmente um dos motivos de sua demissão e de seu colega Agapito Polary do jornal *O Paiz*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 mar. 1889.

69 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 14 maio 1888. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 14 maio 1888.

70 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 jun. 1888. *Revista Tipográfica*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 3, 9 jun. 1888.

71 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 jun. 1888. *Revista Tipográfica*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 4, 30 jun. 1888.

72 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 set. 1888.

Entre os signatários da circular constava o nome de J. H. Lima Barreto, membro do Conselho Representativo do Centro Tipográfico Treze de Maio. Ressalte-se o comprometimento de João Henriques com as responsabilidades que a condição de conselheiro lhe impunha, fazendo-o figurar entre os autores. Tal comprometimento pode ser constatado, ainda, através da credibilidade de que gozava junto aos companheiros das artes e ofícios, tendo sido eleito, como vimos, para diversos cargos administrativos das entidades profissionais às quais se associou. Como João Henriques, muitos trabalhadores participaram de diferentes associações e, frequentemente, ocuparam cargos em diversas delas concomitantemente. É possível concluir, portanto, que havia trabalhadores envolvidos mais intimamente com as causas mutualistas, profissionais e políticas relacionadas às condições de vida e de trabalho das classes operárias e artísticas da Corte, sendo João Henriques certamente um deles. Seu nome foi citado entre os filiados do Centro Tipográfico Treze de Maio que tomavam “parte em quase todos os movimentos da classe”, ao lado de seus companheiros na Imprensa Nacional Alberto Victor Gonçalves da Fonseca e Manoel Francisco da Trindade.⁷³

Vinculado ao Partido Liberal, Alberto Victor foi eleito vereador da Câmara Municipal de Niterói em 1882 e participou de diversas associações mutualistas e profissionais, além do Centro Tipográfico Treze de Maio, onde integrou a comissão de estatutos eleita em junho de 1888. Na Sociedade União Beneficente Niteroiense, exerceu diversos cargos, inclusive o de vice-presidente, em 1878, e na Associação Tipográfica Fluminense foi vice-presidente (1882) e presidente (1888/89) quando João Henriques exerceu a vice-presidência. Segundo Guilherme Vasques, autor do “Perfil Tipográfico” de Alberto Victor, o artista também se destacou na luta pela abolição da escravidão, atuando na Confederação Abolicionista da qual foi 1º secretário e no Clube Gutemberg, envolvendo-se nas ações em “praças públicas, nos teatros”, “conferências e *meetings* em favor dos escravizados”.⁷⁴

Tipógrafo da Imprensa Nacional e, como vimos, membro do “grande conselho” do Centro Tipográfico Treze de Maio – do qual também fazia parte Lima Barreto –, Manoel Francisco da Trindade se associou a diferentes instituições de auxílio mútuo da cidade do Rio. Na Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da Imprensa Nacional, exerceu vários cargos, tendo ocupado a vice-presidência por ocasião da gestão de João Henriques como presidente da entidade (1886/1887). Atuou, ainda, na Associação Tipográfica Fluminense e na Sociedade dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, tendo desempenhado em ambas diversas funções administrativas.

73 OS DOIS sarracinos (I). **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 3, 2 fev. 1889. O primeiro integrou com João Henriques, José Alexandre, Xavier Pires e J. R. Conrado a “grande comissão” nomeada na Reunião Tipográfica de 13 de maio de 1888. Em 1880, Alberto Victor Gonçalves da Fonseca compôs a primeira diretoria da Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da Tipografia Nacional juntamente com João Henriques que ocupava o cargo de presidente. **Almanak Laemmert**. Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, p. 555, 1880.

74 **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 5, 11 ago. 1888.

Pelo que vimos até aqui sobre a atuação de João Henriques nas lutas políticas e profissionais dos operários e artistas da Corte, percebemos uma proximidade com o engajamento de Alberto Victor e Manoel Francisco da Trindade. Os três tipógrafos certamente conviveram não apenas nas oficinas da Imprensa Nacional, mas também nas sociedades das quais participaram, inclusive, exercendo cargos nas mesmas gestões administrativas. Foi possível também constatar que o pai do escritor Afonso Henriques pertencia a uma extensa rede de sociabilidades no meio operário da cidade do Rio de Janeiro, especialmente a constituída pelos dedicados à arte da tipografia. Conforme assinalou Mattos, tal categoria profissional assumiu papel de destaque no âmbito das lutas e reivindicações desencadeadas no decorrer do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Os tipógrafos foram pioneiros não apenas pelo recurso à greve como arma de defesa dos seus interesses. Foram também as vozes mais presentes naqueles periódicos que se apresentaram como defensores dos interesses dos trabalhadores, o que não era de estranhar dado o seu acesso mais fácil aos meios de produção necessários à impressão dos jornais e à qualificação profissional dos compositores.⁷⁵

A categoria teve ainda papel de grande relevo nas diversas estratégias da luta contra a escravidão. Vimos anteriormente o comprometimento de muitas associações mutualistas e profissionais, das quais João Henriques fez parte, com a causa abolicionista. Cabe, entretanto, aprofundarmos um pouco mais esse envolvimento, através do exemplo da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, cuja participação “na campanha abolicionista permitiria que seus dirigentes vissem a si próprios, representantes de uma nova classe de trabalhadores livres, como fator de progresso e de liberdade”.⁷⁶ Entre as diferentes formas de atuação no movimento abolicionista, a referida associação fundou o Clube Abolicionista Gutemberg em 1880, que editou o jornal *Lincoln*, entregando “cartas de liberdade” e organizando “uma escola noturna e gratuita que contava com alunos de diversas profissões e nacionalidades”, cujo intuito era “libertar e instruir os cativos”.⁷⁷ Presença militante em espaços de sociabilidade – como as oficinas da Imprensa Nacional, o jornal *A Reforma*, a Associação Tipográfica Fluminense e o Centro Tipográfico Treze de Maio –, João Henriques engajou-se na causa da libertação dos escravizados, convivendo e dialogando com “intrépidos abolicionistas”, a exemplo de Alberto Victor.⁷⁸

As reivindicações que perpassaram muitas das lutas pela implementação de mudanças profundas na sociedade brasileira, direcionando-a nos rumos da “civilização”, do “progresso” e da “modernidade” – noções compreendidas de modos diversos pelos diferentes segmentos sociais –, incluíam o fim das relações escravistas e estavam

75 Cf. MATTOS, 2008, p. 56.

76 LOBO, Eulália; STOTZ, Eduardo. **Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894** apud VITORINO, op. cit., p. 104.

77 COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **Escravidão na liberdade: abolição, classe e cidadania na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: AGCRJ, 2013. p. 4-5.

78 **Revista Tipográfica**, Rio de Janeiro, p. 4, n. 11, 19 maio 1888.

amplamente disseminadas entre os/as trabalhadores/as escravizados/as, libertos/as e livres da Corte em fins do período imperial. No entanto, é importante pontuar que tais reivindicações não se associavam necessariamente à defesa da causa republicana. Há muito, diversos pesquisadores vêm se debruçando sobre a questão da popularidade que a monarquia gozava junto aos segmentos subalternizados escravizados, libertos e livres da população brasileira. Hendrik Kraay Reis, por exemplo, concebe o “monarquismo como um fio importante da política popular”, defendendo que a apropriação da linguagem monárquica informou as ações políticas de “integrantes das classes populares” em suas “reivindicações ao Estado imperial”. Segundo o autor, “para muitos, o monarchismo representou uma estrutura ideológica para articular demandas políticas populares. Muito disso foi além do aceitável aos detentores do poder ou, no caso do apoio popular à monarquia em 1888-1889, aos republicanos que pouco depois tomaram o poder”.⁷⁹ É o que a história de João Henriques e de outros trabalhadores monarquistas, sobretudo negros, parece evidenciar.

Durante os quase sete anos em que trabalhou nas oficinas do jornal *A Reforma*, João Henriques teve contato não apenas com políticos liberais de grande proeminência no partido, mas também com as ideias reformistas que esses propugnavam. Entre elas, destaco a defesa de eleições diretas, a extinção do recrutamento e a “emancipação dos escravos”, que consistiria “na liberdade de todos os filhos de escravos que nascerem desde a data da lei” e “na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado”.⁸⁰ Mesmo representando uma posição em defesa da emancipação lenta e gradual dos/as escravizados/as, tal proposta consistia, no âmbito da política institucionalizada e partidária da época, uma posição menos conservadora partilhada, inclusive, pelo Clube Radical. É perfeitamente aceitável que, nesse momento, João Henriques estabelecesse uma identidade com tais perspectivas emancipacionistas, aderindo, mais tarde, a concepções abolicionistas propriamente ditas – tais como as defendidas pelo companheiro da Tipografia Nacional, Alberto Victor, membro atuante da Confederação Abolicionista.

Ao que parece, o jovem João Henriques começou a se familiarizar com as ideias liberais sob os influxos da “maré democrática” que, segundo Joaquim Nabuco, marcou o cenário político do Império a partir de 1860. Como mencionei, o contato com os Pereira de Carvalho e com os políticos liberais ligados ao jornal *A Reforma*, ao longo da década de 1870, foi decisivo para que João se aproximasse mais profundamente das concepções políticas defendidas pelo grupo liberal reformista ao qual se ligaria efetivamente. Contudo, a meu ver, o processo do seu amadurecimento político se deu quando passou a atuar de forma mais expressiva em associações mutualistas e profissionais, engajando-se nas lutas pela dignidade profissional dos tipógrafos, pela garantia de direitos aos operários e artistas

79 KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos e a Guarda Negra. Reflexões sobre o monarchismo popular no Brasil oitocentista. *Varia Historia*, v. 35, n. 67, p. 145, jan./abr. 2019.

80 PROGRAMA do Partido Liberal. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 maio 1869.

da cidade do Rio, enfim, por reformas políticas e sociais. Em tempos de acirramento das disputas entre republicanos e monarquistas, o tipógrafo militante foi “convocado” a trabalhar no jornal *Tribuna Liberal*, novo órgão do partido, onde começou a trabalhar em fins de 1888 “como paginador e chefe técnico das oficinas tipográficas”.⁸¹

A *Tribuna Liberal* começou a circular em 1º de dezembro de 1888, estampando na primeira página o seu programa de ação que contemplava, por exemplo, o estabelecimento do “sufrágio eleitoral a todos os brasileiros que saibam ler e escrever” e o combate à “ignorância das classes populares”.⁸² A organização do Congresso Liberal, realizado em inícios de 1889, junto à decisão de fundar a *Tribuna Liberal* constituíram estratégias importantes na articulação da resistência dos liberais diante da crise do regime monárquico que se acentuava cada vez mais. Os desdobramentos imediatos da mobilização liberal reconduziriam o partido ao poder sob a liderança de Afonso Celso de Assis Figueiredo, nomeado ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros em 7 de junho de 1889. Poucos meses depois, entretanto, as rédeas que guiarium o futuro do país escapariam das mãos dos liberais monarquistas e seriam firmemente controladas pelos republicanos, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca. Sob a direção de Carlos de Laet, após a prisão e a deportação de Ouro Preto, a *Tribuna Liberal* manteve-se atuante, promovendo uma oposição exacerbada à nova ordem instalada. Mas não resistiria por muito tempo às pressões e ameaças das autoridades republicanas, deixando de circular na capital republicana a partir de 26 de dezembro de 1889. Por quase um ano, durante o dia, João Henriques desempenhava suas funções na Imprensa Nacional e, à noite, trabalhava nas oficinas da *Tribuna Liberal*. O contato com as propostas radicalizadas defendidas pela folha liberal parece ter fortalecido as convicções monarquistas de João Henriques. Acompanhar Ouro Preto no dia de sua partida para o exílio pode ter sido um gesto de reverência do apadrinhado, mas, certamente, foi também um ato político corajoso que contribuiu para que perdesse o emprego na Imprensa Nacional.

Em agosto de 1889, a *Gazeta de Notícias* publicou uma nota dirigida ao ministro da Fazenda, assinada “Os operários”, onde pleiteava-se a nomeação de José Alexandre de Azevedo para a vaga de mestre da oficina de composição da Imprensa Nacional. Dois dias depois, o *Jornal do Commercio* noticiava a nomeação de João Henriques de Lima Barreto para o referido cargo.⁸³ José Alexandre e João Henriques eram companheiros de ofício, tendo, inclusive, atuado juntos na direção da Associação de Auxílios Mútuos da Tipografia Nacional, em 1888, o primeiro como presidente e o segundo como

81 BARBOSA, op. cit., 1981, p. 22.

82 O programa foi publicado também na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 dez. 1888.

83 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 ago. 1889. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 ago. 1889. Antes da promoção, o tipógrafo Lima Barreto recebia “a jornal” (art. 6º do Decreto n. 9.381, de 21 de fevereiro de 1885, que aprovou novo regulamento da Tipografia Nacional e do *Diário Oficial*). Com a promoção, passou a integrar a categoria dos “operários e empregados permanentes” e passou a perceber um salário mensal de 300\$000.

vice-presidente. A disputa pelo cargo, sem dúvida, colocou-os em lados opostos. As controvérsias se disseminaram nas páginas de jornais cariocas, ora condenando a promoção do tipógrafo, ora defendendo sua legitimidade. Ficava evidente o clima tenso que pesava entre os trabalhadores da Imprensa Nacional, acirrado por rivalidades profissionais, políticas e pessoais. Muito provavelmente, as nomeações, as suspensões, as licenças, a redução das remunerações de algumas funções, entre outras medidas concernentes ao estabelecimento, instituídas durante a gestão de Afonso Celso no Ministério da Fazenda,⁸⁴ contribuíram para estimular hostilidades e desavenças que afetavam os relacionamentos no cotidiano da instituição.

A princípio, as fontes analisadas revelam que enquanto os trabalhadores que se manifestaram publicamente sobre a questão insistiam que o tempo de serviço deveria prevalecer, o administrador da Imprensa Nacional reafirmava a legitimidade da escolha de Lima Barreto por sua comprovada qualificação e dedicação ao trabalho. Por outro lado, sob o ponto de vista de outros companheiros, a competência profissional de João Henriques, reconhecida, inclusive, por alguns que questionaram a legitimidade de sua promoção a mestre, justificava sua escolha para a referida função. A querela parecia girar em torno do critério mais justo da promoção que assegurasse o direito do trabalhador à progressão: antiguidade ou competência? É possível que tal controvérsia estivesse presente nos debates em torno dos direitos dos trabalhadores que vinham contribuindo para a diversificação dos conteúdos políticos das suas lutas, sobretudo a partir da década de 1870.

Mas, tal polêmica revelava uma outra dimensão que transpassava as tensões entre os operários e empregados da Imprensa Nacional. No contexto político mais amplo, em meio aos embates entre liberais monarquistas e republicanos, os companheiros das lutas travadas pela melhoria das condições de trabalho e de vida da categoria profissional à qual pertenciam João Henriques e Alexandre de Azevedo foram manejados como peças de xadrez no jogo entre Ruy Barbosa e Afonso Celso. Como já mencionado, o primeiro comandou uma campanha exacerbada contra a monarquia e o governo liberal chefiado por Ouro Preto, utilizando-se das páginas do *Diário de Notícias* que se encontrava sob sua direção desde março de 1889. As já referidas críticas à criação de uma caixa de pensões da Imprensa Nacional e do *Diário Oficial* são exemplos nesse sentido. Outro episódio de grande destaque no jornal republicano foi justamente a promoção de João Henriques, alvo de ataques que impingiam sobre ele os estigmas de apaniguado e aproveitador que se beneficiava da proteção de figuras importantes do Partido Liberal. João Henriques foi acusado, entre outras coisas, de ter sido afastado da Imprensa Nacional durante “mais de 8 meses” para prestar seus serviços à *Tribuna Liberal*, mantendo ao retornar o lugar de chefe de turma e tendo sido em seguida nomeado mestre.⁸⁵

84 BRASIL. Decreto n. 10.269, de 20 de julho de 1889. Aprova novo Regulamento para a Imprensa Nacional.

85 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 e 28 ago. 1889. Carta anônima e sem data dirigida ao Exm.º Conselheiro Ruy Barbosa apud BARBOSA, op. cit., p. 27-28.

As perseguições aos monarquistas pelo governo republicano resultaram de conflitos de múltiplos significados, encenados em diferentes espaços institucionais. A Imprensa Nacional, considerada pelos republicanos reduto dos monarquistas, foi um dos alvos mais visados.⁸⁶ Um dos trabalhadores atingidos, João Henriques acabou exonerado da Imprensa Nacional em 11 de fevereiro de 1890, sendo nomeado em seu lugar, pelo então ministro da Fazenda Ruy Barbosa, José Alexandre de Azevedo.⁸⁷ Por outro lado, a lógica paternalista garantiria que João Henriques não ficasse por muito tempo desempregado. No dia 5 de março do mesmo ano, foi nomeado para ocupar o cargo de escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador por Cesário Alvim, na ocasião ministro do Interior do governo republicano recém-instaurado. Para o referido cargo já havia sido nomeado Carlos Frederico de Oliveira Braga, mas o ato foi reputado “sem efeito”, sendo designado para assumir a função “o Sr. João Henriques de Lima Barreto”.⁸⁸

A história do fim da carreira de tipógrafo de João Henriques ilustra muito bem as interseções entre as tramas políticas tecidas nos âmbitos macro e micro do contexto histórico brasileiro em fins do século XIX. As disputas que, sob uma ótica mais geral, opunham monarquistas liberais e republicanos foram protagonizadas de um lado por Ouro Preto e seu apadrinhado João Henriques e, de outro, por Ruy Barbosa e José Alexandre, que acabou se tornando seu protegido. Trata-se de uma das muitas histórias que revelam os limites da autonomia das classes subalternizadas em contextos de extrema desigualdade social e profundamente racializados,⁸⁹ seja sob o jugo da Coroa, seja sob o domínio republicano. Mas também revela a clareza que atores pertencentes às classes subalternas detinham em relação às regras do jogo da ideologia paternalista, o que os tornava aptos a manejarem as peças com habilidade suficiente para minimizarem os trágicos influxos da dominação. O tipógrafo negro que tanto havia conquistado em termos de ascensão social e reconhecimento de sua excelência profissional perdeu não apenas o emprego, mas também o ofício. Sem dúvida, um custo altíssimo que o afetou profundamente. Mas João Henriques não perdeu sua capacidade de jogador que caiu sem perder o brio. Não exerceria mais o ofício de tipógrafo, mas mantendo a crença de que através do investimento intelectual driblaria as discriminações em relação à sua cor, além de sustentar o seu percurso de ascensão social, passou a se dedicar aos estudos sobre agricultura que efetivamente o qualificaram para exercer com maestria o cargo de administrador das colônias agrícolas para alienados. Mas essa é uma outra história.

Recebido: 14/05/2023

Aprovado: 26/06/2023

86 BARBOSA, op. cit., p. 27.

87 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 fev. 1890. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 fev. 1890.

88 **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 1 mar. 1890. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 6 mar. 1890.

89 Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.